

**CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO – CRC/RJ**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N° 01/2023**



Advogado

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA****Preservar Amazônia é mais lucrativo que desmatar, diz economista**

Segundo Ricardo Abramovay, economia baseada no conhecimento da floresta favorece inovação e riqueza.

[...] Temos a matriz energética menos emissora do mundo, quando o Brasil é comparado com países de importância territorial, demográfica e econômica equivalente à sua. Nossos transportes contam igualmente com uma fonte não emissora, o etanol, usado muito menos do que deveria, infelizmente, graças aos subsídios concedidos aos fósseis. Onde se concentram então nossas emissões?

Resposta: na destruição florestal. O Brasil e a Indonésia são os únicos países do mundo em que mais da metade das emissões vem do desmatamento. E é importante não confundir devastação florestal com a própria agricultura, embora, com muita frequência, a floresta destruída (e não só na Amazônia) dê lugar a atividades agropecuárias. A agropecuária responde por 22% de nossas emissões graças a dois fatores: por um lado à fermentação entérica dos ruminantes da qual resulta um dos mais potentes gases de efeito estufa, o metano. Como o Brasil possui o maior rebanho bovino comercial e é o mais importante exportador de carne do mundo, reduzir estas emissões é um imenso desafio, que exige (da mesma forma que na indústria, na mobilidade e na energia) muita ciência e muita inovação tecnológica. O mesmo pode ser dito das emissões derivadas do uso de fertilizantes nitrogenados na agricultura.

Mas, contrariamente ao que ocorre com a agropecuária, com a indústria ou com os transportes, zerar o desmatamento (e, portanto, reduzir a contribuição do Brasil à crise climática) não é algo que depende de ciência e de tecnologia ou que exija investimentos vultosos.

Cabe então perguntar: quais os custos de interromper a devastação? Será que desmatar a Amazônia não é o equivalente à recusa da China e da Índia em subscrever um acordo climático ambicioso em 2009? Seria válido o argumento de que, da mesma forma que, em 2009, os indianos e os chineses não tinham alternativa ao uso do carvão; a sobrevivência e o desenvolvimento dos 25 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia dependem de sua possibilidade de colocar a floresta abaixo, nela implantando atividades agropecuárias convencionais? Não estará a Amazônia presa a um dilema insuperável entre gerar renda para os que nela vivem ou preservar a floresta? É fundamental enfrentar estas perguntas pois elas estão na base da tentativa de imprimir algum fundamento racional àquilo que o Brasil e o mundo assistem hoje com tanto temor e tanta indignação na Amazônia.

O principal erro dos que toleram, compactuam ou promovem o desmatamento é não se dar conta de que desmatar a Amazônia não produz nem riqueza, nem bem-estar. Na verdade, o desmatamento é o mais importante vetor da perenização do atraso e das precárias condições de vida na região. Ele exprime uma forma primitiva de extrativismo que se materializa, por exemplo, na importância do tráfico de madeira clandestina, que funciona como obstáculo à exploração madeireira sustentável, para a qual existem tecnologias e até sistemas de certificação baseados no uso de *blockchain*, como mostram os trabalhos da BVRio.

Além disso, como é, na sua esmagadora maioria ilegal, o desmatamento na Amazônia funciona com base na formação de quadrilhas que se especializam em invadir terras públicas e territórios pertencentes a comunidades indígenas e ribeirinhas. A construção de pistas de pouso clandestinas e a contratação de motoqueiros (por parte dos pertencentes ao grupo de *WhatsApp* que organizou, no dia 10 de agosto, o “Dia do Fogo”, conforme reportagem da revista *Globo Rural*) incendiando o capim seco dos acostamentos nos distritos à beira da BR-163 e no município de Altamira, é apenas um entre vários indícios dos efeitos da legitimação da destruição florestal sobre o tecido cívico da região.

Tão importante quanto a criminalidade ligada à esmagadora maioria do desmatamento na Amazônia é a avaliação que se pode fazer hoje de seus resultados econômicos e socioambientais. [...]

Os trabalhos recentes de Carlos Nobre e Ismael Nobre listam um vasto conjunto de produtos do extrativismo com imenso potencial econômico. Uma das bases para a exploração sustentável destes produtos é a unidade entre trabalho científico e a própria cultura material dos povos da floresta. Um dos mais emblemáticos exemplos desta junção é a Rede de Sementes do Xingu, organizada pelo Instituto Socioambiental. Populações indígenas e ribeirinhas coletam sementes que são selecionadas por técnicos da EMBRAPA e do Instituto Socioambiental e vendidas a fazendeiros para que possam cumprir seus compromissos de reflorestamento. Mel, óleo de pequi, copaíba, borracha, castanha são inúmeros os produtos de uso alimentar, farmacêutico e cosmético que a ciência, aliada aos povos da floresta, pode revelar e ajudar a explorar de maneira sustentável. O selo *Origens Brasil*, que certifica estes produtos e já está em grandes cidades brasileiras, acaba de receber um importante reconhecimento internacional por parte da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU). É um exemplo das oportunidades do uso sustentável da floresta em pé com produtos capazes de exprimir nos mercados os valores contidos na preservação da floresta e no respeito aos povos que nela vivem.

A manutenção da floresta em pé não corresponde portanto a uma redoma de contemplação, economicamente paralisada. Ao contrário, ela é um manancial de riquezas que se exprimem tanto em seus serviços ecossistêmicos e na cultura dos que aí habitam como no valor de seus produtos. A equipe coordenada pelo professor Britaldo Soares-Filho da UFMG e o economista *Jon Strand* do Banco Mundial estimaram o valor de alguns destes serviços. Em artigo publicado na prestigiosa *Nature Sustainability*, eles mostram que o desmatamento de um hectare gera perdas anuais de até US\$ 40 para a produção de castanha do Pará e US\$ 200 para a produção madeireira sustentável. Além disso, como o avanço do desmatamento compromete a produção de água por parte da floresta, seus impactos sobre a agricultura e a produção de energia nas hidrelétricas são altamente ameaçadores.

Em suma, mais que apagar os incêndios que hoje a destroem, a Amazônia precisa de políticas que estimulem a emergência de uma economia do conhecimento (e não da destruição) da natureza, que represente aquilo que temos de melhor: a capacidade de fazer da ciência a base para produzir riqueza e bem-estar, valorizando os ensinamentos e a sabedoria dos povos da floresta.

(ABRAMOVAY, Ricardo. *Preservar a Amazônia é mais lucrativo que desmatar, diz economista. Folha de S.Paulo. São Paulo. Em: 01/09/2019.*)

Questão 01

As alternativas a seguir apresentam formas inadequadas de reescrever o seguinte período destacado, considerando o sentido original e a observação e aplicação da norma padrão: *“Como o Brasil possui o maior rebanho bovino comercial e é o mais importante exportador de carne do mundo, reduzir estas emissões é um imenso desafio, que exige (da mesma forma que na indústria, na mobilidade e na energia) muita ciência e muita inovação tecnológica.”* (2º§), à EXCEÇÃO de:

- A) “O mais importante exportador de carne do mundo, o Brasil, possui o maior rebanho bovino comercial e é responsável por reduzir estas emissões que exigem (da mesma forma que na indústria, na mobilidade e na energia) muita ciência e muita inovação tecnológica.”
- B) “Como o Brasil é possuidor do maior rebanho bovino comercial e é o mais importante exportador de carne do mundo, seu desafio é reduzir a tais emissões que exige (da mesma forma que na indústria, na mobilidade e na energia) muita ciência e muita inovação tecnológica.”
- C) “A redução de tais emissões é um imenso desafio, que exige (da mesma forma que na indústria, na mobilidade e na energia) muita ciência e muita inovação tecnológica, já que o Brasil possui o maior rebanho bovino comercial e é o mais importante exportador de carne do mundo.”
- D) “Assim como o Brasil possui o maior rebanho bovino comercial sendo o mais importante exportador de carne do mundo, a redução destas emissões torna-se um imenso desafio, as quais exigem (da mesma forma que na indústria, na mobilidade e na energia) muita ciência e muita inovação tecnológica.”

Questão 02

Atentando-se para os elementos paratextuais em relação ao texto propriamente dito, é correto afirmar que:

- A) Há um diálogo entre os diferentes interlocutores de cada parte textual: título, introdução, desenvolvimento e conclusão.
- B) O enunciador do título dado ao texto, assim como do subtítulo apresentado, difere-se do enunciador do texto propriamente dito.
- C) A assinatura do texto indica seu caráter impessoal e descritivo sobre o tema desenvolvido relacionado ao meio ambiente, especificamente à Amazônia.
- D) A ênfase atribuída no título do texto à preservação da Amazônia tem como principal objetivo manter a floresta e todo o ecossistema em plena harmonia com o ser humano.

Questão 03

Em uma das frases a seguir foi apresentada uma sugestão de substituição ao termo destacado, de forma adequada ao contexto; indique-a.

- A) “*Não estará a Amazônia presa a um dilema insuperável entre gerar renda para os que nela vivem ou preservar a floresta?*” (4º§) – contexto
- B) “*Cabe então perguntar: quais os custos de interromper a devastação? Será que desmatar a Amazônia não é o equivalente à recusa da China e da Índia em subscrever um acordo climático ambicioso em 2009?*” (4º§) – redigir
- C) “*Mas, contrariamente ao que ocorre com a agropecuária, com a indústria ou com os transportes, zerar o desmatamento (e, portanto, reduzir a contribuição do Brasil à crise climática) não é algo que depende de ciência e de tecnologia ou que exija investimentos vultosos.*” (3º§) – céleres
- D) “*Seria válido o argumento de que, da mesma forma que, em 2009, os indianos e os chineses não tinham alternativa ao uso do carvão, a sobrevivência e o desenvolvimento dos 25 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia depende de sua possibilidade de colocar a floresta abaixo, nela implantando atividades agropecuárias convencionais?*” (4º§) – iniciando e promovendo

Questão 04

Considerando o texto, assinale a afirmativa correta sobre a economia a que é feita referência antecipadamente no subtítulo do texto.

- A) A importância econômica brasileira é reconhecida mundialmente quando comparada a outros países equivalentes quanto ao território, por exemplo.
- B) O conhecimento científico e o tecnológico são cada vez mais necessários diante de um cenário em que a vulnerabilidade alimentar, entre outras, vem crescendo em números e realidades em todo o mundo.
- C) O distanciamento ou até mesmo a oposição de que se valem ideias e pensamentos anteriores acerca dos elementos “economia” e “preservação ambiental” são invalidados mediante o referido embasamento.
- D) Uma economia que tem como fonte de energia o etanol pode ser reconhecida em sua potencialidade até mesmo diante de outros países na busca do fortalecimento de condutas e práticas para um desenvolvimento baseado na cultura da sustentabilidade.

Questão 05

Considerando as relações das palavras e suas funções sintáticas estabelecidas a partir do emprego nas orações destacadas a seguir, assinale a afirmativa correta.

- A) Em “*Em suma, mais que apagar os incêndios que hoje a destroem, [...]*” (10º§), o termo destacado atua como um complemento verbal diretamente ligado ao verbo.
- B) O termo destacado em “[...] que represente aquilo que temos de melhor: [...]” (10º§) é fundamental para a compreensão de forma coerente da oração exercendo a função de predicativo do sujeito.
- C) Em “*Seria válido o argumento de que, da mesma forma que, em 2009, [...]*” (4º§) o termo destacado está diretamente ligado à forma nominal “válido” sendo identificado sintaticamente como adjunto adnominal.
- D) A expressão destacada em “[...] os indianos e os chineses não tinham alternativa ao uso do carvão, [...]” (4º§) é classificada como sujeito composto, sendo tal denominação justificada pelo fato de que todos os termos são apresentados no plural.

Questão 06

A tese central apresentada e defendida no texto pode ser identificada no trecho destacado na seguinte alternativa:

- A) “*Segundo Ricardo Abramovay, economia baseada no conhecimento da floresta favorece inovação e riqueza.*”
- B) “*O Brasil e a Indonésia são os únicos países do mundo em que mais da metade das emissões vem do desmatamento.*” (2º§)
- C) “*Na verdade, o desmatamento é o mais importante vetor da perenização do atraso e das precárias condições de vida na região.*” (5º§)
- D) “*Como o Brasil possui o maior rebanho bovino comercial e é o mais importante exportador de carne do mundo, reduzir estas emissões é um imenso desafio, [...]*” (2º§)

Questão 07

Em “*E é importante não confundir devastação florestal com a própria agricultura, embora, com muita frequência a floresta destruída (e não só na Amazônia) dê lugar a atividades agropecuárias.*” (2º§), há estabelecida uma relação concessiva que poderia também ser expressa por

- A) locução prepositiva “além de”.
- B) expressão conectiva “mas também”.
- C) conjunção “como” precedida do advérbio “assim”.
- D) locução prepositiva “apesar de” ou “apesar de que”.

Questão 08

Em relação à pontuação empregada no texto, analise as afirmativas a seguir considerando as normas estabelecidas gramaticalmente e assinale aquela que apresenta correção.

- A) Em “[...] *que se materializa, por exemplo, [...]*” (5º§), as vírgulas poderiam ser substituídas por duplo travessão ou aspas mantendo-se a correção original.
- B) Em “*Mas, contrariamente ao que ocorre com a agropecuária, com a indústria [...]*” (3º§), as vírgulas foram empregadas corretamente para separar uma oração intercalada.
- C) Em “*A agropecuária responde por 22% de nossas emissões graças a dois fatores:*” (2º§), os dois-pontos podem ser substituídos por travessão já que indicam a introdução do discurso direto.
- D) Em “*Temos a matriz energética menos emissora do mundo, quando o Brasil é comparado com países de importância territorial, demográfica e econômica equivalente à sua.*” (1º§), caso se acrescentasse uma vírgula imediatamente após “econômica”, isola-se a última oração do período, destacando-a.

Questão 09

Quanto ao emprego do sinal indicativo de crase nos trechos destacados a seguir, indique a alternativa cuja afirmativa está correta.

- A) No trecho “[...] *graças aos subsídios concedidos aos fósseis.*” (1º§), caso “subsídios” fosse substituído por vocábulo no singular, a crase seria obrigatoriamente empregada.
- B) Em “[...] *por um lado à fermentação entérica dos ruminantes [...]*” (2º§), o emprego de crase está diretamente associado à regência verbal da expressão anterior “responde por”.
- C) O emprego de crase em “[...] *e, portanto, reduzir a contribuição do Brasil à crise climática [...]*” (3º§) deve-se – em parte – a uma das regências da forma verbal “reduzir” apresentadas no fragmento.
- D) Em “*Tão importante quanto a criminalidade ligada à esmagadora maioria do desmatamento na Amazônia [...]*” (7º§), caso a expressão “esmagadora maioria” fosse substituída por “maioria esmagadora”, não ocorreria crase já que o artigo “a” não seria admitido nesse caso.

Questão 10

“Mas, contrariamente ao que ocorre com a agropecuária, com a indústria ou com os transportes, zerar o desmatamento (e, portanto, reduzir a contribuição do Brasil à crise climática) não é algo que depende de ciência e de tecnologia ou que exija investimentos vultosos.” (3º§) Pode-se afirmar que o operador argumentativo “mas” indica, em relação às ideias e informações expressas:

- A) Concessão em referência às ideias citadas no parágrafo anterior.
- B) Sequenciação de ideias de modo que as informações são ampliadas e justificadas.
- C) Ideia de contraste em referência a informações mencionadas no segundo parágrafo.
- D) Oposição em relação à informação introduzida no texto a seguir “contrariamente ao que ocorre com a agropecuária”.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Considere que todos os profissionais cadastrados no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro foram classificados em apenas um dos seguintes grupos: A e B. Sabe-se que 65% dos profissionais foram classificados no grupo A. Além disso, 80% dos profissionais são da capital do Estado. Tendo em vista que dos profissionais que são da capital do Estado, 30% deles foram classificados no grupo B, se determinado profissional cadastrado no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro for selecionado aleatoriamente desse relatório, qual a probabilidade dele ser classificado no grupo A e não ser oriundo da capital do Estado?

- A) 0,06
- B) 0,09
- C) 0,15
- D) 0,24

Questão 12

O prédio onde é sediado determinado Conselho Regional de Contabilidade possui 2 andares, com o mesmo número de servidores trabalhando em cada andar. Considere que os servidores do conselho trabalham em apenas um dos seguintes regimes: 6h/dia e 8h/dia. A razão entre o número de servidores que trabalham 6h/dia e o número de servidores que trabalham 8h/dia no primeiro e segundo andares é $\frac{3}{2}$ e $\frac{1}{2}$, respectivamente. Se forem considerados todos os servidores do conselho, qual a razão entre o número de servidores que trabalham 6h/dia e o número de servidores que trabalham 8h/dia?

- A) $\frac{1}{4}$
- B) $\frac{2}{3}$
- C) $\frac{3}{4}$
- D) $\frac{7}{8}$

Questão 13

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro ofertou os seguintes cursos remotos aos 72 profissionais da contabilidade recém-cadastrados no conselho:

- I. Perícia Contábil e Desafios na Atuação Profissional.
- II. Conciliação Contábil e Análise de Contas.
- III. Perícia Criminal Contábil: no Campo dos Crimes contra a Ordem Tributária.

Dentre os profissionais, 15 deles optaram por não fazer nenhum dos cursos, já que são bem qualificados. Por outro lado, 9 profissionais participaram dos três cursos remotos. Além disso, 15 profissionais participaram apenas dos cursos remotos I e II, e 13 funcionários participaram apenas dos cursos remotos II e III. Considerando que nenhum profissional participou de apenas um único curso remoto, quantos profissionais participaram do curso III?

- A) 37.
- B) 42.
- C) 44.
- D) 47.

Questão 14

Em determinado Conselho Regional de Contabilidade existem cinco pontos estratégicos onde os guardas se posicionam para garantir a segurança do local. Atualmente, o conselho conta com a colaboração de quatro guardas que ocupam os cinco pontos. Na entrada e saída do conselho, há um ponto estratégico que deverá sempre ser ocupado por um guarda. Os demais pontos estratégicos podem ser ocupados por, no máximo, um guarda. Com base nas informações, de quantas formas distintas os guardas poderão ser alocados nos cinco pontos estratégicos?

- A) 24.
- B) 48.
- C) 72.
- D) 96.

Questão 15

Drica, Eunice e Fátima são servidoras do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro e exercem as profissões de advogada, contadora e fiscal contábil, mas não necessariamente nessa ordem. Cada uma das três servidoras escolheu, de forma distinta, um dos seguintes meses para tirar férias no próximo ano: janeiro, julho e dezembro. Sabe-se que Eunice irá tirar férias em janeiro e Drica é advogada. Além disso, a servidora que é fiscal contábil irá tirar férias em julho. Com base nestas informações, é correto afirmar que:

- A) Drica irá tirar férias em julho e Fátima é contadora.
- B) Drica irá tirar férias em dezembro e Eunice é contadora.
- C) Fátima irá tirar férias em dezembro e Eunice é contadora.
- D) Fátima irá tirar férias em dezembro e Eunice é fiscal contábil.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 16

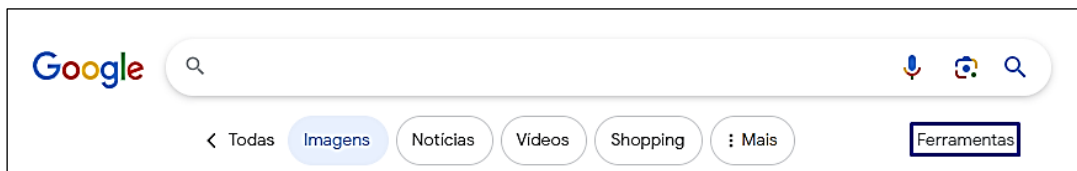
Sobre tipos de computadores, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Supercomputadores: utilizados para tarefas que exigem grande poder de processamento e quando o problema é o tempo de cálculo. Normalmente, empregados como servidor de rede com sistemas que gerenciam o tráfego de arquivos e correio eletrônico.
- () Computadores pessoais (PCs): computadores de pequeno porte para uso pessoal, tanto para fins domésticos quanto comerciais; são os computadores de mesa (*desktops*).
- () Mainframes: tipo de computador dedicado ao trato de grandes volumes de dados, que opera com processadores especializados e usa variados recursos tecnológicos, sendo capaz de hospedar e executar diferentes e complexas aplicações; são, geralmente, empregados por um único usuário de cada vez.
- () Minicomputador: computador de médio porte empregado como suporte multiusuário; pode ser utilizado como servidor de uma rede de computadores.

A sequência está correta em

- A) V, F, F, V.
- B) F, V, V, F.
- C) V, F, V, V.
- D) F, V, F, V.

Questão 17



O *Google Chrome* é um navegador de *Internet* desenvolvido pelo *Google*, que permite realizar pesquisas não apenas por texto, mas também através de pesquisas de imagens. Tendo em vista que no menu Ferramentas da barra de pesquisa é possível escolher algumas configurações, a pesquisa por imagens no *Google Chrome* é permitida

- A) por licença *Creative Commons*, apenas.
- B) por tamanho, cor, tipo e direito de uso, apenas.
- C) por tamanho, podendo o usuário escolher qualquer tamanho – grande, médio ou pequeno.
- D) por cor, podendo o usuário escolher entre qualquer cor – transparente, preto e branco, ou uma cor específica das apresentadas na configuração.

Questão 18

José criou uma planilha do *Excel* conforme o modelo. Em seguida, selecionou a tabela e clicou em Inserir – “Tabela Dinâmica”:

	A	B	C	D
1	Data	Comprador	Tipo	Valor
2	01/jul	Mãe	Combustível	R\$ 74,00
3	15/jul	Mãe	Alimentação	R\$ 235,00
4	17/jul	Pai	Esportes	R\$ 20,00
5	21/jul	Eduarda	Livros	R\$ 125,00
6	02/ago	Mãe	Alimentação	R\$ 235,00
7	20/ago	Eduarda	Músicas	R\$ 20,00
8	25/ago	Eduarda	Ingressos	R\$ 125,00

Qual é a função da ferramenta “Tabela Dinâmica” no *Excel* 2013?

- A) Realizar cálculos matemáticos complexos.
- B) Agilizar e facilitar a filtragem de funções da tabela.
- C) Validar os dados de uma tabela, tornando-os organizados, bem como sua visualização mais flexível.
- D) Resumir e analisar grandes conjuntos de dados, permitindo reorganização e visualização flexível dos dados.

Questão 19

O Menu Iniciar no *Windows 10*, um elemento central da interface de usuário do sistema operacional, fornece acesso rápido e conveniente a aplicativos, programas, configurações e demais recursos do computador. Sobre as configurações do Menu Iniciar, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nele, é possível escolher quais pastas serão exibidas.
- II. Suas configurações podem ser acessadas clicando com o botão direito do *mouse* na barra de tarefas e, em seguida, selecionar “Configurações da Barra de Tarefas”; em seguida “Iniciar”.
- III. Possui “blocos dinâmicos” que podem ser adicionados ou removidos.
- IV. Pode ser configurado para aparecer na tela inteira ao ser clicado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 20

Sabe-se que a segurança da informação está diretamente relacionada à proteção de um conjunto de informações, no sentido de preservar o valor que possuem para um indivíduo ou uma organização, sendo possível utilizar uma VPN. Podemos afirmar que uma VPN é um

- A) aplicativo que bloqueia anúncios em navegadores.
- B) *software* que otimiza a velocidade da conexão à *Internet*.
- C) aplicativo que protege contra vírus de computador, aumentando a segurança *on-line*.
- D) serviço que permite a conexão segura e anônima à *Internet*, protegendo a privacidade do usuário.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Questão 21

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro é uma autarquia federal, subordinada ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), cuja jurisdição abrange todo o Estado. Especificamente em relação à sua natureza de autarquia federal, é correto afirmar que:

- A) Sua criação pode se dar mediante decreto federal.
- B) Trata-se de técnica de desconcentração administrativa.
- C) Não necessita de registro de estatuto na Junta Comercial, pois sua personalidade jurídica decorre diretamente da lei.
- D) Possui ampla autonomia administrativa e financeira, podendo estipular livremente normas próprias para aquisição de bens e serviços, bem como contratações em geral.

Questão 22

Arquimedes, advogado do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, foi convidado para ministrar palestra em evento do órgão, cujo tema é “a liberdade de profissão prevista na Constituição Federal de 1988”. Em pesquisa sobre o assunto, se deparou com as seguintes assertivas em certo artigo jurídico publicado na *Internet*:

- I. Eventual legislação que verse sobre condições para o exercício das profissões é privativa da União.
- II. É legítima restrição legislativa ao exercício profissional quando indispensável à viabilização da proteção de bens jurídicos de interesse público igualmente resguardados pela própria Constituição, de que são exemplos a segurança, a saúde, a ordem pública, a incolumidade individual e patrimonial.
- III. O Exame de Suficiência para exercício da profissão é exemplo de restrição legítima ao exercício da profissão, sendo possível, contudo, que lei estadual venha a dispensar a necessidade de sua realização para atuação de contadores em seu âmbito territorial, tendo em vista a autonomia conferida aos entes federativos pela Carta Magna.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 23

Sobre o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro e sua natureza de autarquia federal, é correto afirmar que:

- A) É dotado de personalidade jurídica de direito privado.
- B) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos se aplica aos seus servidores.
- C) As causas em que for interessado na condição de autor, réu, assistente ou oponente, serão processadas e julgadas perante a Justiça Comum Estadual.
- D) Lei que disponha sobre normas gerais de licitação e contratação do conselho deve ser elaborada pelo Estado do Rio de Janeiro, em virtude de competência legislativa privativa atribuída pela Constituição Federal.

Questão 24

Analise as situações hipotéticas a seguir.

- I. João deseja assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- II. Maria deseja proteger sua liberdade de locomoção, em virtude de ameaça ao exercício de tal direito, por abuso de poder.
- III. Pedro, servindo-se de sua condição de cidadão, deseja anular ato lesivo ao patrimônio público.

As ações constitucionais que se amoldam às situações descritas são:

- A) I. *Habeas data* II. *Habeas corpus* III. Ação popular
- B) I. *Habeas data* II. Mandado de segurança III. Ação popular
- C) I. Mandado de segurança II. *Habeas corpus* III. Mandado de injunção
- D) I. Mandado de injunção II. *Habeas corpus* III. Mandado de segurança

Questão 25

A respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- B) O controle externo, a cargo do Tribunal de Contas da União, será exercido com o auxílio do Congresso Nacional.
- C) Ao Congresso Nacional compete julgar as contas de todos os administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- D) Ao Congresso Nacional compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

Questão 26

A Lei nº 12.527/2011 regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, inciso II do §3º do Art. 37 e no §2º do Art. 216 da Constituição Federal, dispondo sobre prazos máximos de restrição de acesso à informação. Excetuando-se as informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem; e, as que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as); assinale, a seguir, os prazos máximos de restrição de acesso à informação, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, de acordo com a classificação constante da própria lei.

- A) Reservada – 5 anos; Secreta – 15 anos; e, Ultrassecrta – 25 anos.
- B) Reservada – 5 anos; Secreta – 25 anos; e, Ultrassecrta – 50 anos.
- C) Reservada – 15 anos; Secreta – 25 anos; e, Ultrassecrta – 50 anos.
- D) Reservada – 10 anos; Secreta – 50 anos; e, Ultrassecrta – 100 anos.

Questão 27

Em 1º de abril de 2021 foi publicada a Lei nº 14.133 – nova norma geral de licitações e contratos administrativos. Sobre as normas e preceitos por ela trazidos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O desenvolvimento nacional sustentável é um dos princípios que devem ser observados na aplicação da nova Lei de Licitações.
- II. Notória especialização é a qualidade do profissional ou da empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato, podendo ser utilizada como fundamento para inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços de publicidade e divulgação.
- III. É dispensável a licitação para contratação que tenha por objeto bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do seu fornecedor original durante o período de garantia técnica, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- IV. Os contratos administrativos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

Questão 28

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. O processo administrativo inicia-se sempre a pedido do interessado.
- II. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade cujo cônjuge ou companheiro tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, devendo comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.
- III. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.
- IV. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa portadora de tuberculose ativa.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

Questão 29

Tendo em vista que a Lei nº 13.709/2018 dispõe acerca da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), analise os conceitos a seguir.

- I. Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): autarquia de natureza especial, dotada de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal.
- II. Dado pessoal sensível: se refere à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- III. Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do operador.
- IV. Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

Está correto o conceito indicado em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 30

Considerando que a Lei nº 8.429/1992 dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, analise a seguir os atos praticados e seus sujeitos a seguir.

- I. João aceitou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para sociedade limitada que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação decorrente das atribuições do agente público durante a atividade.
- II. Aline permitiu que se utilizasse, em serviço particular, máquinas e equipamentos de propriedade da União.
- III. Márcio utilizou, em serviço particular, bem móvel de propriedade da União.
- IV. Marcela permitiu a aquisição de bem por preço superior ao de mercado.

Nos termos da normativa, assinale, a seguir, as pessoas que praticaram atos de improbidade administrativa que importaram em enriquecimento ilícito:

- A) João e Márcio, somente.
- B) Aline e Marcela, somente.
- C) João, Aline, Márcio e Marcela.
- D) João, Márcio e Marcela, somente.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 31

Considerando que a Lei nº 14.230/2021 trouxe mudanças relacionadas à improbidade administrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial.
- II. A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica não acarretará improbidade administrativa, salvo se comprovado ato doloso praticado com esta finalidade.
- III. Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) III.
- C) I e III.
- D) II e III.

Questão 32

De acordo com a Resolução CFC nº 1.554/2018, que dispõe sobre o Registro Profissional dos Contadores, assinale a afirmativa correta.

- A) Solicitada a baixa do Registro Profissional até 30 de abril, será devida a anuidade proporcional ao número de meses decorridos.
- B) O contador com registro profissional baixado poderá figurar como sócio, titular ou responsável técnico de organização contábil ativa.
- C) A baixa do registro profissional poderá ser solicitada pelo contador, em face da interrupção ou da cessação das suas atividades na área contábil.
- D) As baixas de registro profissional deverão ser encaminhadas para o setor de registro do Conselho Regional de Contabilidade, para as providências cabíveis.

Questão 33

Em relação à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), relacione adequadamente as colunas a seguir.

- 1. Primariedade.
 - 2. Autenticidade.
 - 3. Informação.
 - 4. Disponibilidade.
- () Qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
 - () Dados, processados ou não, que podem ser empregados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
 - () Qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
 - () Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

A sequência está correta em

- A) 2, 3, 4, 1.
- B) 1, 3, 2, 4.
- C) 3, 4, 1, 2.
- D) 2, 1, 3, 4.

Questão 34

De acordo com a Resolução CFC nº 1.523/2017, que institui o Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, são considerados deveres do conselheiro, colaborador e funcionário dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, EXCETO:

- A) Manter-se afastado de quaisquer atividades que reduzam sua autonomia e independência profissional.
- B) Manter cordial tratamento entre os colegas, conselheiros e demais colaboradores no âmbito do trabalho.
- C) Cumprir de forma idônea as atribuições de seu cargo, emprego ou função, executando as tarefas a contento.
- D) Expor livremente aos colegas e superiores opiniões e ideias que visem ao bem comum dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Questão 35

Sobre o Plano de Cargos e Salários (PCS) e o quadro funcional do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os funcionários que ocuparem cargos comissionados e funções gratificadas farão jus ao recebimento de horas extraordinárias.
- B) A progressão por merecimento decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o limite do nível em que está enquadrado.
- C) O ingresso nos cargos efetivos do quadro funcional permanente do CRC-RJ far-se-á, exclusivamente, por concurso público.
- D) Devem constar no PCS os cargos, definidos a partir de funções, atividades e procedimentos do CRC-RJ, estruturados em níveis.

Questão 36

Tendo em vista a Lei nº 9.784/1999, que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração, NÃO representa um critério a ser observado nos processos administrativos:

- A) Permissão de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em Lei.
- B) Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.
- C) Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- D) Adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.

Questão 37

Sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, bem como o regulamento para a eleição de seus membros contidos no Decreto-Lei nº 1.040/1969, assinale a afirmativa correta.

- A) Os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade serão compostos por contadores e, no mínimo, por um representante dos técnicos em contabilidade, que será eleito no pleito para a renovação de 1/3 do plenário.
- B) A receita dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade não poderá ser aplicada na organização e funcionamento de serviços úteis à fiscalização do exercício profissional, bem como em serviços de caráter assistencial, quando solicitados pelas entidades sindicais.
- C) Os presidentes dos Conselhos Federal e Regionais terão mandato de quatro anos e serão eleitos dentre seus respectivos membros contadores, admitida uma única reeleição consecutiva, não podendo o período presidencial ultrapassar o término do mandato como conselheiro.
- D) Os membros dos Conselhos Regionais de Contabilidade e os respectivos suplentes serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através de voto pessoal, secreto e obrigatório, aplicando-se pena de multa em importância correspondente a até o valor da anuidade, ao contabilista que deixar de votar sem causa justificada.

Questão 38

Sobre o registro das organizações contábeis, de acordo com a Resolução CFC nº 1.555/2018, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O cancelamento do registro é o ato de encerramento definitivo das atividades e ocorrerá, dentre outros casos, quando houver o distrato social.
- () As pessoas jurídicas constituídas para exploração das atividades contábeis, em qualquer modalidade, deverão ser registradas em Conselho Regional de Contabilidade de cada jurisdição.
- () O Alvará de Organização Contábil terá validade até 31 de dezembro do ano seguinte à sua expedição, devendo ser renovado, anualmente, até a referida data.
- () Toda e qualquer alteração nos atos constitutivos da organização contábil será objeto de averbação no CRC, no prazo de até trinta dias, a contar da data do registro.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) F, F, V, F.
- C) F, F, F, F.
- D) V, V, F, V.

Questão 39

De acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/1946, é correto afirmar que:

- A) A organização e a execução de serviços de contabilidade, em geral, são consideradas trabalhos técnicos de contabilidade.
- B) O Conselho Federal de Contabilidade será constituído de dez membros brasileiros, com habilitação profissional legalmente adquirida.
- C) Os técnicos em contabilidade já registrados em Conselho Regional de Contabilidade e os que venham a fazê-lo até 1º de janeiro de 2015 têm assegurado o seu direito ao exercício da profissão.
- D) Os profissionais de contabilidade somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Questão 40

De acordo com a Resolução CFC nº 1.640/2021, que dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o Art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295/1946, são atribuições privativas dos profissionais da contabilidade, EXCETO:

- A) Registro de custos das atividades de qualquer natureza, inclusive definição de avaliação de estoque.
- B) Elaboração de livros, de documentos em meio físico ou digital e de registro contábil, tributário e/ou patrimonial de quaisquer entidades.
- C) Gestão de processo que envolve técnicas de recursos humanos e que objetiva melhorar o desempenho dos colaboradores de quaisquer entidades.
- D) Avaliações e medição dos efeitos das variações do poder aquisitivo da moeda sobre o patrimônio e o resultado periódico de quaisquer entidades.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 41

Sobre consórcios públicos, uma das formas da chamada organização administrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Sua personalidade jurídica será, obrigatoriamente, de direito público, constituindo-se como associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação de protocolo de intenções e integrando a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- II. O consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos e à prestação de contas.
- III. O fato de a assembleia geral ser a instância máxima do consórcio público é cláusula necessária do protocolo de intenções.
- IV. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio, que poderá utilizá-los para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

Nos termos da Lei nº 11.107, de 11 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.

Questão 42

Sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pode ser aplicado às obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como para a construção, ampliação e reforma e administração de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo.
- II. O objeto da licitação deverá ser definido de forma clara e precisa no instrumento convocatório, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias.
- III. No caso de licitação para aquisição de bens, a Administração Pública poderá indicar marca ou modelo, desde que formalmente justificado, dentre outras situações, em decorrência da necessidade de padronização do objeto.
- IV. Poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho da contratada, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazo de entrega definidos no instrumento convocatório e no contrato na contratação das obras e serviços, inclusive de engenharia.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III e IV, apenas.

Questão 43

Tendo em vista que a desapropriação administrativa é uma das formas de intervenção do Estado na propriedade privada, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constitui forma originária de aquisição de propriedade.
- II. Quanto à indenização, pode-se afirmar que, em regra, será justa, prévia e em dinheiro, podendo, em determinados casos, ser em títulos da dívida pública ou agrária.
- III. Poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento de obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização de serviço.
- IV. Consideram-se casos de utilidade pública, para fins de desapropriação, dentre outros, a segurança nacional, a defesa do Estado, o socorro público em caso de calamidade, e a salubridade pública.

Nos termos das normas que regem a desapropriação, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

Questão 44

Considerando que os poderes da Administração Pública são instrumentos para o cumprimento de sua finalidade, analise as afirmativas a seguir.

- I. A avocação e delegação de competências são institutos próprios do poder regulamentar.
- II. O poder interno não permanente ligado à possibilidade da Administração aplicar punições a seus agentes é o poder hierárquico.
- III. O poder no qual há a verificação do mérito administrativo, pelo agente público, é o poder discricionário.
- IV. O poder em que o agente público não avalia critérios de oportunidade ou conveniência para a prática do ato administrativo, e segundo o qual o agente deve executar o ato em estrita conformidade com o disposto na lei, é o poder vinculado.

Nos termos determinados pela doutrina sobre o direito administrativo, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

Questão 45

Considerando o controle de constitucionalidade, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ação de descumprimento de preceito fundamental é cabível para a realização de controle preventivo e repressivo de atos do poder público.
- II. É desnecessária a oitiva do Advogado-Geral da União nas ações declaratórias de constitucionalidade.
- III. Não há prazo prescricional ou decadencial a ser observado para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
- IV. Em uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão, o Supremo Tribunal Federal poderá, de forma cautelar, suspender processos judiciais ou procedimentos administrativos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 46

A Constituição Federal de 1988, ao disciplinar os direitos e deveres individuais e coletivos, estabeleceu a regra da inviolabilidade do sigilo de dados. Neste sentido, considerando que a quebra dos sigilos bancário e fiscal só poderá ocorrer em situações excepcionais, observadas as cláusulas constitucionais, assinale a afirmativa correta.

- A) As autoridades da fiscalização fazendária só poderão utilizar dados bancários e fiscais de contribuintes com a devida autorização judicial.
- B) A violação dos sigilos bancário e fiscal depende de autorização judicial e poderá ser determinada apenas no âmbito de investigações criminais ou na instrução processual penal.
- C) Como consequência da cláusula constitucional da reserva de jurisdição, as Comissões Parlamentares de Inquérito deverão solicitar ao Poder Judiciário autorização para a quebra de sigilo bancário e fiscal de seus investigados.
- D) É possível o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da Unidade de Inteligência Financeira (UIF) e de procedimentos fiscalizatórios da Receita Federal com os órgãos de persecução criminal, sem prévia autorização judicial.

Questão 47

O Poder Constituinte pode ser classificado em originário e derivado, cada um deles com características e forma de manifestação específica. É correto afirmar que o Poder Constituinte originário

- A) pode se expressar por outorga ou convenção.
- B) concede aos Estados a possibilidade de elaborar suas próprias Constituições.
- C) manifesta puramente quando há a elaboração da primeira Constituição de um Estado.
- D) é ilimitado, pois não precisa observar qualquer regra ou forma procedimental anterior para a manifestação de sua vontade.

Questão 48

O contrato de seguro é uma ferramenta fundamental para proteção financeira em situações adversas. É essencial que ambas as partes compreendam os termos do contrato, agindo de boa-fé e cumprindo suas obrigações. O Código Civil estabelece as bases legais para a formação e execução do contrato de seguro. Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) Nulo será o contrato para garantia de risco proveniente de ato culposo do segurado, do beneficiário, ou representante de um ou de outro.
- B) A emissão da apólice poderá ser precedida de proposta escrita com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco.
- C) O segurado é obrigado a comunicar ao segurador, logo que saiba, todo incidente suscetível de agravar consideravelmente o risco coberto, sob pena de perder o direito à garantia, se provar que silenciou de boa-fé.
- D) O segurado e o segurador são obrigados a guardar na conclusão e na execução do contrato, a mais estrita boa-fé e veracidade, tanto a respeito do objeto quanto das circunstâncias e declarações a ele concernentes.

Questão 49

Na parte geral do Código Civil, são estabelecidas as diretrizes e os princípios fundamentais que regem os contratos. Considerando que esta seção do Código Civil trata dos elementos essenciais dos contratos, sua formação, execução, inadimplemento, extinção e outros aspectos relacionados, assinale a afirmativa correta.

- A) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições ou modificações, não importará nova proposta.
- B) Considera-se existente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.
- C) A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
- D) Se a aceitação, por circunstância imprevista, chegar tarde ao conhecimento do proponente, este comunicá-lo-á imediatamente ao aceitante, sob pena de responder por perdas e danos.

Questão 50

A tutela e a curatela são institutos legais que têm grande importância na proteção dos direitos e interesses de pessoas que, por alguma razão, não possuem capacidade plena para cuidar de si mesmas ou de seus bens. Considerando que estes institutos têm como objetivo garantir o bem-estar e a dignidade das pessoas vulneráveis, como menores de idade ou adultos com incapacidade, assegurando que suas necessidades sejam atendidas e que seus direitos sejam protegidos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os filhos menores são postos em tutela com o falecimento dos pais, ou sendo eles julgados ausentes.
- II. A nomeação do tutor deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico.
- III. Quem não for parente do menor não poderá ser obrigado a aceitar a tutela, se houver no lugar parente idôneo, consanguíneo ou afim, em condições de exercê-la.
- IV. O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.

Questão 51

O processo de conhecimento é uma das etapas do procedimento judicial previsto no direito processual civil, com o objetivo de esclarecer e resolver questões de mérito, ou seja, as questões de fundo de uma disputa legal. Este processo é utilizado quando há uma controvérsia sobre direitos e obrigações das partes, e busca-se obter uma decisão judicial definitiva que declare qual é a situação jurídica correta. Considerando que dentre os principais passos do processo de conhecimento, há a petição inicial e a contestação, assinale a afirmativa correta.

- A) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar a competência absoluta e relativa.
- B) Indeferida a petição inicial, o autor poderá agravar, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se.
- C) Considera-se inepta a petição inicial quando o pedido for determinado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.
- D) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.

Questão 52

A formação, suspensão e extinção do processo são etapas e situações fundamentais no âmbito do direito processual civil, que regula os procedimentos judiciais e administrativos. Cada uma destas fases desempenha um papel crucial no desenrolar das ações legais e na busca por justiça. Em relação à formação, suspensão e extinção do processo, assinale a afirmativa correta.

- A) Antes de proferir decisão com resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.
- B) Durante a suspensão é permitido praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.
- C) Quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai, o período de suspensão será de quinze dias, contados a partir da data do parto ou da concessão da adoção, mediante apresentação de certidão de nascimento ou documento similar que comprove a realização do parto, ou de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente.
- D) Pelo parto ou pela concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa, o período de suspensão será de trinta dias, contado a partir da data do parto ou da concessão da adoção, mediante apresentação de certidão de nascimento ou documento similar que comprove a realização do parto, ou de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente.

Questão 53

Tício possui imóvel com metragem quadrada total de 100 metros. Em 2020, o Município onde se encontra localizado o imóvel concedeu, por meio de lei municipal publicada e promulgada, a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos proprietários de imóveis, cuja metragem quadrada não ultrapasse 110 metros. Em 2021, nova lei instituiu taxa de coleta domiciliar de lixo aos proprietários de imóveis do Município. Em 2022, foi realizada certa obra pública que resultou na valorização do imóvel de Tício e, por consequência, na cobrança de contribuição de melhoria pelo Município, mediante nova lei. Sabe-se que todas as leis citadas trataram unicamente das matérias mencionadas. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que Tício

- A) deverá pagar a contribuição de melhoria, pois a taxa mencionada foi englobada pela isenção concedida pela lei de 2020.
- B) não deverá pagar a taxa de coleta domiciliar de lixo e a contribuição de melhoria, pois ambas foram abrangidas pela isenção concedida pela Lei de 2020.
- C) deverá pagar a taxa de coleta domiciliar de lixo e a contribuição de melhoria, pois, salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva a ambas.
- D) deverá pagar a taxa de coleta domiciliar de lixo, pois a isenção concedida pela lei de 2020 engloba as contribuições de melhoria, mas não as taxas, em decorrência de expressa previsão legal.

Questão 54

Mévio adquiriu imóvel de Caio recentemente, em negócio particular. Faltando com a devida cautela no momento da compra, Mévio descobre agora que se encontram pendentes o pagamento de tributos referentes a: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); taxa de coleta de lixo; e, taxa devida pelo exercício do poder de polícia referente à atividade empresarial que é desenvolvida por empresa locatária do imóvel. Conforme o Código Tributário Nacional,

- A) Mévio será responsável pelo IPTU, apenas.
- B) Caio será responsável por todos os tributos.
- C) Mévio será responsável por todos os tributos.
- D) Mévio será responsável pelo IPTU e pela taxa de coleta de lixo, apenas.

Questão 55

De acordo com a Lei Federal nº 6.830/1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange a atualização monetária e os juros, mas não a multa de mora.
- II. A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e a certeza do crédito.
- III. A execução fiscal poderá ser promovida, dentre outros, contra o fiador, o espólio e a massa.
- IV. Os responsáveis poderão nomear bens livres e desembaraçados do devedor, tantos quantos bastem para pagar a dívida.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II, III e IV.

Questão 56

Terceirização é a contratação de empresa para a realização de serviços específicos dentro do processo produtivo da empresa contratante. O conceito de terceirização prevê que a empresa contratada deve realizar os serviços com organização própria, autonomia técnica e jurídica, cumprindo o objeto do contrato. Sobre a terceirização, assinale a afirmativa correta.

- A) O escritório de contabilidade que contrata procurador jurídico de empresa interposta assume o vínculo diretamente, salvo no caso de trabalho temporário.
- B) Verbas indenizatórias, como as multas dos artigos 467 e 477 da CLT e 40% do FGTS, têm caráter personalíssimo; assim, são devidas apenas pela principal empregadora.
- C) Declarado pelo juiz do trabalho que a terceirização foi realizada de forma ilícita, é possível que se reconheça vínculo empregatício com os entes da Administração Pública nos contratos terceirizados.
- D) A Reforma Trabalhista garantiu, de forma obrigatória, aos trabalhadores terceirizados, o salário equitativo aos empregados da tomadora de serviços, salvo no caso do trabalhador temporário.

Questão 57

O contrato de experiência é o acordo bilateral firmado entre empregado e empregador, com prazo máximo de 90 dias, em que as partes poderão aferir aspectos subjetivos, objetivos e circunstanciais relevantes à continuidade ou extinção do vínculo empregatício. Quanto ao tema, assinale a afirmativa correta.

- A) É válida a celebração de novo contrato de experiência com o mesmo empregado para trabalhar de novo na mesma empresa e na mesma função, desde que em departamento distinto.
- B) A falta de anotação do contrato de experiência na CTPS invalida os contratos rotulados como de experiência, posto que a CLT exige a anotação das condições especiais do contrato na CTPS do empregado.
- C) Após o fim do contrato de trabalho temporário, o empregador poderá celebrar contrato de experiência com o trabalhador, que, após este período pactuado, terá o contrato de trabalho vigente por prazo indeterminado.
- D) Caso o empregador decida rescindir o contrato de trabalho durante a vigência dos termos do contrato de experiência, é devido todas as verbas rescisórias, com exceção do aviso prévio, por ser verba exclusiva dos contratos por tempo indeterminado.

Questão 58

Considerando o teor das Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho – TST, analise as afirmativas a seguir.

- I. O trabalho executado em condições insalubres, quando em caráter intermitente, afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.
- II. Nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.
- III. Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de doze meses.
- IV. A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, não sendo devido sobre as verbas indenizatórias como horas extras e adicionais eventuais.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 59

Um grande escritório de contabilidade, que possui mais de quatro mil funcionários, sendo três mil contadores, encerrou suas atividades de forma repentina, não havendo prévia comunicação aos trabalhadores. Os funcionários sem informações, resolveram instaurar uma greve na portaria da sede do escritório. Diante dos fatos apresentados e a extinção do contrato de trabalho, assinale a afirmativa correta.

- A) Para que ocorra a dispensa coletiva é impreterível o ajuizamento de ação judicial, com a participação do sindicato dos funcionários, cuja dispensa somente será homologada se restar apoiada em motivos comprovados, de natureza técnica e econômica.
- B) A despedida coletiva é fato coletivo regido por princípios e regras do direito coletivo do trabalho, material e processual. Assim, a despedida coletiva será sempre proibida, mesmo que motivada e resguardados os direitos dos trabalhadores previstos em lei.
- C) No ordenamento jurídico nacional, a despedida individual é regida pelo direito individual do trabalho e, assim, comporta a denúncia vazia, ou seja, a empresa não está obrigada a motivar e justificar a dispensa, basta dispensar, homologar a rescisão e pagar as verbas rescisórias.
- D) Não há impedimentos que se realize a dispensa em massa, desde que as demissões sejam realizadas observando medidas progressivas e fundadas em critérios objetivos e de menor impacto social; em primeiro lugar deve ocorrer a dispensa dos trabalhadores em vias de aposentação e os que detêm menores encargos familiares.

Questão 60

Após ter pedido de aposentadoria indeferido administrativamente, determinado trabalhador ingressou com ação judicial requerendo a concessão do benefício. Durante a tramitação do processo, ele foi demitido e passou a receber seguro-desemprego. Enquanto percebia a assistência financeira, foi reconhecido judicialmente que a aposentadoria era devida e deveria ser concedida, determinando o pagamento retroativo das parcelas desde o requerimento administrativo. Considerando a situação hipotética, o sujeito deverá receber

- A) acumuladamente as parcelas da aposentadoria e do seguro-desemprego.
- B) os valores da aposentadoria a partir do término do período de recebimento do seguro-desemprego.
- C) os valores da aposentadoria desde que devolvido à Previdência metade do montante adquirido a título de seguro-desemprego.
- D) os valores atrasados da aposentadoria, abatendo-se os valores já recebidos a título de seguro-desemprego do montante devido.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; será constituída de 1 (uma) questão discursiva, relacionada à disciplina de Conhecimentos Específicos. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de 1 (um) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido em Edital. As linhas que excederem ao limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruer em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em Edital, bem como identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	18 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	12 pontos
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Redação.	

Uma das prerrogativas da Administração Pública é a sujeição ao duplo grau de jurisdição obrigatório, também conhecido por princípio da remessa necessária. Trata-se, certamente, de um direito que objetiva a proteção do ente público, considerando o interesse público enquanto superior ao interesse do particular. Discorra sobre o duplo grau de jurisdição obrigatório (remessa necessária), abordando:

- A) Em quais casos ocorre;
- B) Em quais casos não se aplica o duplo grau de jurisdição obrigatório (remessa necessária);
- C) Quando a decisão produz seus efeitos; e,
- D) Se não houver a apresentação de recurso pela Administração Pública, qual procedimento ocorrerá.

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos. Serão aplicadas Provas Discursivas para todos os cargos, sendo 1 (uma) dissertação para o cargo de Técnico em Informática; Analista Administrativo; Analista Jurídico; Analista de Sistemas; e, Auxiliar Contábil e 1 (uma) questão discursiva para o cargo de Advogado, Fiscal Contador e Contador.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. A prova terá duração de 5 (cinco) horas para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e para a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados relativos à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.